

# POVO LIVRE



## ESTAMOS A CUMPRIR O PROGRAMA

O Conselho de Ministros decorreu no Porto no dia 2 de abril

### 10 PSD

**AD - Coligação PSD/CDS é a designação para as eleições legislativas**

PSD e CDS-PP vão a votos nas eleições legislativas antecipadas de 18 de maio com a denominação "AD - Coligação PSD/CDS", anunciou Hugo Soares, Secretário-geral do PSD em conferência de imprensa

### 16 LOCAIS

**Braga vai transformar antiga escola em centro de acolhimento de migrantes**

A empresa municipal de habitação de Braga lançou um concurso público, por 1,4 milhões de euros, para a transformação da antiga escola primária de Celeirós em centro de acolhimento de migrantes

### 18 REGIONAIS

**Mercado vai ajustar-se ao teto máximo do subsídio de mobilidade**

O Presidente do Governo dos Açores reiterou a oposição ao teto máximo criado no subsídio social de mobilidade, mas disse estar confiante de que o mercado vai ajustar o preço das viagens ao valor daquele limite

# FALAR CLARO COM OS PORTUGUESES

**Luís Montenegro está a provar, à sociedade, o seu firme compromisso em continuar o caminho de desenvolvimento que o país iniciou há um ano e que tanto tem beneficiado os portugueses.**



**EMÍLIA SANTOS**

Diretora do Povo Livre

Esta semana, começou o ciclo de debates televisivos entre os partidos com representação parlamentar, com o objetivo de esclarecer os eleitores acerca das propostas que cada uma destas forças políticas tem para o país. Ao todo, os portugueses vão poder assistir a 27 debates a dois, mais dois debates com múltiplos partidos, divididos entre os que têm representação parlamentar e os que o não têm.

Cada um daqueles debates será antecedido de momentos entre comentadores e especialistas, onde serão apresentados prognósticos, e a cada sucederão outros debates entre comentadores e especialistas (os mesmos ou outros) para avaliarem as performances dos protagonistas e os argumentos dirimidos.

Naturalmente, o ciclo de debates alimentará inúmeros artigos na imprensa e na rádio, meio onde serão realizados debates entre os partidos. E mais debates haverá em outros fóruns e com outros protagonistas, nomeadamente, os cabeças de lista por distritos.

Convenhamos, não é por falta de espaços e oportunidades que os portu-

gueses não terão oportunidade de conhecer as propostas dos partidos e de esclarecerem a suas dúvidas, assim queiram os protagonistas. Mas será que todos o querem?

Indubitavelmente, podemos afirmar que é essa a postura de Luís Montenegro. Mais que se deixar enredar pelas retóricas inconsequentes dos nossos adversários, o presidente do PSD e candidato a Primeiro-Ministro está a demonstrar o seu elevado sentido de responsabilidade perante os desafios que se colocam a Portugal, ainda para mais num contexto internacional particularmente volátil.

Mais, Luís Montenegro está a provar, à sociedade, o seu firme compromisso em continuar o caminho de desenvolvimento que o país iniciou há um ano e que tanto tem beneficiado os portugueses.

Por isso, independentemente dos interlocutores, os debates são encarados como a oportunidade para falar claro com os portugueses e reafirmar a determinação, o dinamismo e a ambição que movem Luís Montenegro e o PSD para, com o nosso parceiro na AD, darmos a Portugal o futuro que merece.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

XXIV GOVERNO CONSTITUCIONAL



# GOVERNO EXECUTOU UM TERÇO DAS MEDIDAS PREVISTAS NO PROGRAMA

O Governo executou um terço das medidas previstas no seu programa, falando após um Conselho de Ministros realizado no Porto.



*"O Governo está em funções, está a trabalhar, tivemos ocasião de fazer um balanço das várias políticas que vimos executando, num percurso que em cerca de um quinto do tempo que iria ser preenchido nesta legislatura, o Governo executou um terço das medidas previstas no programa do Governo", declarou Luís Montenegro, no "briefing" do Conselho de Ministros realizado no Mercado do Bolhão, no Porto, dia 2 de abril.*

*O chefe do Governo realçou que o país tem "estabilidade económica" e "estabilidade financeira", além de ter tido "estabilidade política".*

*"Está agora a viver um momento de clarificação, mas teve estabilidade política durante este ano", considerou o Primeiro-Ministro.*

*Luís Montenegro elencou depois várias medidas tomadas pelo Governo, criticando quem disse que o Executivo "iria deitar por terra o esforço que vinha de trás de consolidação orçamental, e que estava mesmo em causa a realização dos objetivos financeiros do país".*

*"Pois, um ano depois, não só a economia cresceu mais do que aquilo que era vaticinado, como o 'superavit' [excedente] das contas públicas superou aquela que era a estimativa mais otimista, que era do Governo", venceu.*

*O Conselho de Ministros reuniu-se no dia 2 de abril, no Porto, no dia em que o XXIV Governo Constitucional completa um ano em funções, demissionário, e com novas eleições legislativas antecipadas marcadas para 18 de maio.*

*A reunião, que decorreu no Mercado do Bolhão, fez o balanço de um ano de Governo.*

*Após o 'briefing', o Governo seguiu em conjunto, a pé, para um almoço no Café Majestic, na Rua de Santa Catarina.*

*À chegada ao Mercado do Bolhão para o Conselho de Ministros, Luís Montenegro distribuiu beijos e abraços pelos populares, acompanhado pelo Presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, e ladeado pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, que anunciou a sua candidatura à autarquia portuense.*

*Na sexta-feira, questionado se o Governo iria assinalar o primeiro ano da entrada em funções, apesar de estar em gestão, o Primeiro-Ministro respondeu afirmativamente.*

*"Não deixaremos de ter um registo, embora naturalmente nesta fase com muita contenção, porque sabemos que também impende sobre nós um dever de neutralidade, de isenção", afirmou.*





# PS PROMETE TUDO A TODOS, “À BOA MANEIRA DE JOSÉ SÓCRATES”

*No sábado, 5 de abril de 2025, durante a apresentação da candidata da coligação PSD/CDS-PP- Juntos Pela Nossa Terra à presidência da Câmara de Póvoa de Lanhoso, Luís Montenegro falou sobre as medidas do programa eleitoral do PS. E acusou o Partido Socialista de “estar perdido” por “prometer tudo” e por ficar “chateado e falar mal de si próprio”, como acontece com descida de IRS.*



*“O Partido Socialista, na vontade de dizer mal deste Governo, até se esqueceu que a baixa do IRS em 2024 já estava no Orçamento do Estado de 2024, que foi aprovado ainda pelo governo anterior do Partido Socialista, e que depois, quando chegamos ao Governo e apresentamos uma proposta para baixar ainda mais o IRS, foi o Partido Socialista com o Chega que aprovaram uma descida diferente daquela que nós queiramos”, recordou.*

*Luís Montenegro considera “estranho” ver o PS “chateado com aquilo que ele próprio decidiu”. “É, de facto, uma coisa fantástica. Mas que diz bem de quem está de boa-fé e de quem anda perdido a dizer tudo e o seu contrário. Perdido a prometer tudo e perdido não se dando conta de que está a falar mal de si próprio”, apontou.*

*O Presidente do PSD comparou José Sócrates ao programa eleitoral de Pedro Nuno Santos. “Hoje, a nossa candidata disse [na sua intervenção] que não estava aqui para fazer falsas promessas, que não estava aqui para prometer aquilo que não podia fazer. É curioso porque ao mesmo tempo que Fátima [Alves] estava a falar, alguém mais longe, estava a apre-*

*sentar o programa eleitoral para as eleições legislativas de 18 de maio, e estava precisamente, à boa maneira de um ex-Primeiro-Ministro, chamado José Sócrates, a prometer tudo a toda a gente”, acusou.*

*Para o Primeiro-Ministro, a política de “prometer tudo a toda a gente” é o caminho a degradação das condições de vida no futuro. “Agora é prometer tudo a toda a gente como se fosse exequível, responsável estar, de um momento para o outro, a prometer e a dar tudo a toda a gente, não tendo consciência que esse é o primeiro passo no caminho para o empobrecimento, no caminho para termos mais dificuldades no futuro do que aquelas que temos hoje de superar”, afirmou.*

*Luís Montenegro defende a necessidade de Portugal criar riqueza, caso contrário não haverá riqueza para distribuir. “Se não se criar, não se consegue distribuir. Se se reduzir tudo a distribuir, que é aquilo que o Partido Socialista está a fazer em Lisboa a esta hora, está a distribuir aquilo que não queria, vai esgotar. E quando esgotar, olha para o lado e falta dinheiro. E depois venha o PSD e o CDS para compor a coisa, é normalmente aquilo que acontece”, referiu.*





Entrega da lista da AD - Coligação PSD/CDS por Aveiro

# QUEREMOS GOVERNAR TENDO MAIS VOTOS QUE OS OUTROS PARTIDOS

Após entregar no Tribunal de Aveiro a lista da AD - Coligação PSD/CDS pelo círculo eleitoral deste distrito às eleições legislativas, Luís Montenegro reiterou as balizas que tinha estabelecido em 2024, afirmando que só reassumirá as funções de Primeiro-Ministro se vencer as eleições, e adiantando que vai lutar para ter a maioria dos votos dos portugueses.



“É um ponto de honra desta candidatura. Nós queremos a legitimação do voto popular para podermos executar o nosso programa, nós queremos ter a maioria dos votos dos eleitores, não queremos nenhum acerto, nenhum esquema de, nas costas dos portugueses, encontrar soluções de governo, nós queremos governar tendo mais votos que os outros”, afirmou, dia 7 de abril.

Luís Montenegro afastou qualquer cenário de solução de Governo com o PS, considerando que isso não seria bom para o país, admitindo, no entanto, a possibilidade de entendimentos setoriais. “A nossa proposta passa por, com essa legitimação, não ter nenhuma solução de governo com o PS – acho que isso se percebe, até porque as nossas propostas são, de facto, alternativas, não há aqui nenhuma ideia de blo-



co central, de aproximação, nem o país precisa, nem é bom para o país, nem nós temos, de facto, propostas que sejam convergentes, independentemente de depois podermos, sectorialmente, ter um ou outro entendimento que é bom para o país”, afirmou.

E afastou de igual modo um possível entendimento com o Chega para formar governo, afirmando que se trata de um partido que “não tem nem postura, nem maturidade para assumir essa responsabilidade”.

“Eu quero que os portugueses saibam as balizas nas quais nós nos fundamos para nos apresentarmos para governar o país nos próximos quatro anos e meio, são estas. As propostas são, no essencial, aquelas que nós vimos concretizando, que agora serão naturalmente atualizadas e apresentadas nos próximos dias”, concluiu.



Debate na TVI

# A AD - COLIGAÇÃO PSD/CDS TEM UM PROJETO MUITO DEFERENTE DA CDU



No primeiro debate televisivo para as eleições legislativas, na segunda-feira, 7 de abril, Luís Montenegro reafirmou que respeitou a legalidade e cumpriu todas as obrigações éticas antes e durante o exercício do cargo de Primeiro-Ministro. “Eu não tive benefício nenhum, desde que sou Presidente do PSD, da empresa da qual fui fundador e sócio até 30 de junho de 2022. (...) Não houve nenhuma contaminação das minhas funções políticas por empresas privadas”, assegurou.

Durante os 32 minutos de debate, na TVI, o Presidente do PSD reforçou o compromisso com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), que “é o esteio da Saúde”, insistiu na complementaridade com o setor privado e social em situações específicas, desde que haja ganhos na prestação de cuidados de saúde aos portugueses. “O que queremos privilegiar, é a pessoa que precisa de uma resposta ou a obsessão ideológica de ser tudo propriedade do Estado”, questionou.



Luís Montenegro renovou o compromisso eleitoral de dar médico de família a todos os utentes. “Vamos renovar a promessa e vamos renovar o esforço para a poder cumprir”, referiu, apelando a que “não se levantem fantasmas” sobre a prioridade central do SNS no programa da AD.

No plano fiscal, o líder do PSD sublinhou que “o Governo baixou os impostos sobre os rendimentos do trabalho” e sobre as empresas. “Nós

tínhamos inscrito no Orçamento do [Estado para] 2024, pelo PS, uma receita do IRC na casa dos 8 mil milhões de euros. Sabe qual foi a receita do IRC com base no crescimento e no desempenho económico? Foram mais de 10,2 mil milhões de euros. Ou seja, quando nós temos uma economia competitiva e que cria riqueza, nós superámos, em mais de 2 mil milhões de euros, a estimativa da receita do IRC”, afirmou.

O candidato a Primeiro-Ministro acusou o PS de estar alinhado com o PCP em matéria fiscal e económica, explicando que a descida do IRC visa “libertar tesouraria das empresas” para poderem pagar melhores salários e canalizarem investimento em tecnologia e reforço da competitividade.

Luís Montenegro lembrou que o Governo aumentou pensões e o Complemento Solidário para Idosos, subiu a comparticipação dos medicamentos para idosos, apoiou os jovens na compra de casa e firmou “acordos de valorização das carreiras de 17 áreas da administração pública”.

O líder social-democrata destacou o empenho do Executivo na construção de habitação pública, apontando que está em curso a edificação de 59 mil casas. A este propósito, o Presidente do PSD ironizou que “é cada vez mais difícil, até para um comunista, não votar na força política que está a liderar a governação”.

No domínio da Defesa, Luís Montenegro referiu que o investimento neste setor não substitui, mas “complementa as políticas sociais”, gera emprego, potencia tecnologia e protege a segurança nacional. “Nós não trocamos as políticas sociais para o investimento em Defesa. São duas coisas cumulativas. Nós, quando apoiamos, por exemplo, a Ucrânia, apoiamos a defesa dos direitos humanos, da integridade do território, as suas liberdades. Apoiamos a democracia”, expressou.

Neste confronto televisivo com Paulo Raimundo, Luís Montenegro resumiu que a AD e a CDU seguem e praticam duas visões completamente distintas sobre Portugal e o mundo. “Temos uma questão de fundo, um confronto entre dois projetos”, sintetizou.



# AD - COLIGAÇÃO PSD/ CDS É A DESIGNAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

PSD e CDS-PP vão a votos nas eleições legislativas antecipadas de 18 de maio de 2025 com a denominação "AD - Coligação PSD/CDS". O anúncio foi feito por Hugo Soares, em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, em Lisboa, 2 de abril de 2025, dois dias depois de o Tribunal Constitucional ter recusado a denominação "AD - Aliança Democrática - PSD/CDS" para as legislativas.

Ladeado pelo Secretário-geral do CDS-PP, Pedro Morais Soares, Hugo Soares anunciou a proposta feita aos conselheiros nacionais dos dois partidos, que têm competência para aprovar o nome da coligação.

"Estamos absolutamente convencidos que esta denominação que escolhemos corresponde àquilo que foi o acórdão do Tribunal Constitucional de que tivemos conhecimento esta semana e que cumpre todos os critérios jurídicos para que possa ser aceite pelo Tribunal Constitucional e para que a coligação possa ir a votos pelo nome que é conhecida pelos portugueses", afirmou.

Segundo Hugo Soares, esta denominação, além de cumprir todos os requisitos "de respeito pela

memória de todas as anteriores coligações", deixa "claramente expresso que esta é uma coligação apenas entre o Partido Social Democrata e o CDS-PP", já sem o PPM que integrou a Aliança Democráticas nas legislativas e europeias de 2024.

"O apelo que eu faço aos portugueses, e não me levarão a mal, é que no dia 18 de maio possam votar na coligação PSD/CDS, e que distingam bem, no boletim de voto, do outro partido que, muitas vezes, se confunde na lista de voto, no grafismo, com a nossa candidatura, que é o ADN", disse.

PSD e CDS-PP reuniram ainda os Conselhos Nacionais dos dois partidos para aprovar o novo nome para a coligação, pelas 21h00 (os socialistas-democratas por videoconferência e os democratas-cristãos presencialmente). As convocatórias tinham um único ponto: "Aprovação da denominação da Coligação Eleitoral para as eleições legislativas de 18 de maio de 2025".

O Tribunal Constitucional (TC) aprovou a nova denominação da coligação governamental de AD - Coligação PSD/CDS.

## É "normal e saudável" o apoio de militantes do PSD ao Governo

O Secretário-geral do PSD considerou "normal e saudável" que militantes do partido tenham estado no Porto a apoiar o Governo e admitiu como "uma coincidência feliz" o anúncio da candidatura autárquica do ministro Pedro Duarte.

O Secretário-geral e líder parlamentar do PSD começou por frisar que todas as bancadas, através do Ministério dos Assuntos Parlamentares, são informadas das deslocações do Governo e todos os deputados "são livres" para se juntar a estas iniciativas.

Hugo Soares frisou que "os militantes do PSD do Porto não participaram em nenhum Conselho de Ministros, não participaram em nenhuma reunião formal do Governo".



# PROGRAMA ELEITORAL DO PS É “RECEITA PARA O DESASTRE”

Manuel Castro Almeida considera que o programa eleitoral do PS é “insustentável do ponto de vista financeiro e irrelevante do ponto de vista económico”, “uma receita para o desastre”, “promete tudo a todos, sem fazer contas a nada”, e o resultado seria catastrófico, já que traria a Portugal “o empobrecimento que terminou na bancarrota”.

“Se este programa alguma vez fosse aplicado Portugal voltaria ao tempo do empobrecimento que terminou na bancarrota. Pedro Nuno Santos seria o novo José Sócrates. O PS entrou em roda livre, veio ao de cima o seu lado mais imaturo, menos ponderado”, acusou.

No domingo, 6 de abril, em Lisboa, numa reação ao programa eleitoral

dos socialistas apresentado no sábado, Manuel Castro Almeida, que é cabeça de lista da AD - Coligação PSD/CDS por Portalegre, afirmou que o “desespero se apoderou do PS”.

Para o ministro Adjunto e da Coesão Territorial, o programa apresentado por Pedro Nuno Santos “é o fim das contas certas, é o enterro do equilíbrio orçamental do Estado” e “Portugal voltaria a ter défice e voltaria a aumentar a dívida pública”. “Deixaria de ter possibilidade de aumentar as pensões e os salários da função pública, não teria qualquer hipótese de baixar o IRS, deixaria de ter um dos maiores crescimentos da União Europeia”, acrescentou.

Questionando o custo das propostas dos socialistas e o seu impacto na estabilidade orçamental, Manuel Castro Almeida comparou o atual líder socialista com José Sócrates. “Pedro Nuno Santos parece José Sócrates em 2010. A diferença é que os portugueses estão mais perto e não querem voltar ao tempo da bancarrota. (...) Decerto não foi por acaso que Fernando Medina não estava presente nesta apresentação”, referiu.

Nesse quadro, Manuel Castro Almeida entende que o PS “está a abandonar a política de contas certas”, o que não é de admirar, porque “Pedro Nuno Santos valoriza pouco as contas certas”, ao contrário de outros socialistas, como Mário Cen-

teno, Fernando Medina ou António Costa, que sempre as valorizaram.

“Tudo depende da mistura de políticas. O que é necessário é que, no fim de tudo, considerando todas as despesas e todas as receitas, haja equilíbrio orçamental. E a AD o que defende é equilíbrio orçamental e é isso que estamos a praticar”, apontou, acentuando que “o PS quebra este consenso que em Portugal se gerou em torno das contas certas”.

Manuel Castro Almeida sublinha que “os tempos que correm exigem “muita prudência”, mas não a “irresponsabilidade” dos socialistas, que promovem “o grau zero da responsabilidade política e financeira” e querem “distribuir riqueza que não cria”.

# PAULO MENDO (1932-2025)



Paulo Mendo, que foi secretário de Estado da Saúde por três vezes (I, VII e VIII Governos Constitucionais), e ministro da Saúde, entre 1993 e 1995 (XII Governo), faleceu no dia 3 de abril de 2025, aos 92 anos, no Hospital de Santo António, no Porto.

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo, que nasceu em Lisboa em 3 de outubro de 1932, filho de um engenheiro transmontano deslocado e de mãe amarantina, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto em 1949, à época agregada ao Hospital de Santo António, tendo-se ligado ao MUD Juvenil (Movimento de Unidade Democrática).

Paulo Mendo chegou a cursar Belas Artes, mas voltou a Medicina, e foi preso pela PIDE durante dois meses e meio, juntamente com membros de associações académicas. Formou-se em Medicina e ingressou no recém-inaugurado Hospital Escolar

de São João, no Porto.

“Fascinado pelo neurocientista Corino de Andrade, ingressou ao Hospital de Santo António e foi orientado para a Neurocirurgia. A necessidade levou-o a improvisar técnicas radiológicas aplicadas ao sistema nervoso, acabando por se diferenciar nesta área, fundando literalmente a especialidade de Neurorradiologia, em Portugal e no mundo, com a ajuda de José de Almeida Pinto”, sublinhou José Barros, diretor clínico do Hospital de Santo António.

No início dos anos 1960, Paulo Mendo foi para Rabat (Marrocos), por oposição à guerra colonial, onde fundou o primeiro Serviço de Neurocirurgia de Marrocos, com Mário Leão Ramos, regressou a Portugal e ao Hospital de Santo António em agosto de 1974, tendo integrado a Comissão de Trabalhadores.

Paulo Mendo foi um político republi-

cano e laico, que transitou do marxismo, para o reformismo e para social-democracia.

Foi diretor do Serviço de Neurorradiologia (1976-2000), diretor do Hospital de Santo António (1988-1993), presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto (1984-1988), secretário de estado da Saúde (governo de Mário Soares, 1976-1977), secretário de

estado da Saúde (governo de Francisco Pinto Balsemão, 1981-1983) e ministro da Saúde (governo de Aníbal Cavaco Silva, 1993-1995).

Foi deputado (1995-1999), vice-Presidente da Comissão Política Nacional na liderança de Fernando Nogueira, e vice-Presidente da Comissão Política Distrital do Porto do PSD, em 1993. Era militante do PSD desde 26 de abril de 1990.

Segundo José Barros, “colaborou ativamente” na preparação do Decreto-Lei 310/82, o diploma das carreiras médicas e aposentou-se no ano 2000. Em 2015, presidiu às comemorações dos 75 anos de Neurologia e Neurociências no Norte de Portugal (NeuroPorto.75).

Paulo Mendo manteve-se interviente em matéria de Saúde, destacando-se os seus alertas contra a burocratização e o subfinanciamento crónico do SNS.

# PSD APOIA CONCRETIZAÇÃO DA UNIÃO DAS POUPANÇAS E DO INVESTIMENTO

**A eurodeputada do PSD, Lídia Pereira, defendeu no Parlamento Europeu a urgência de concretizar a União das Poupanças e do Investimento, um dos dossiês centrais do atual mandato europeu e que está sob a alçada da Comissária portuguesa Maria Luís Albuquerque.**

Na sua intervenção, Lídia Pereira alertou para as consequências da inação da União Europeia neste domínio: "As poupanças dos europeus fogem para outros mercados. As nossas empresas – sobretudo as start-ups – têm de procurar financiamento fora de portas para conseguirem crescer. E a fuga de capitais é acompanhada, muitas vezes, pela fuga de cérebros."

A vice-presidente do Grupo PPE lamentou que, ao longo dos últimos anos, a UE tenha acumulado anúncios sobre reformas estruturais que nunca saíram do papel, como a conclusão da União Bancária ou a plena implementação da União de Mercados de Capitais.

Lídia Pereira sublinhou que é tempo de agir. Defendeu que o sistema bancário europeu deve estar preparado para apoiar mais e melhor a inovação, que o mercado de capitais precisa de regras harmonizadas, menos fragmentação e menos burocracia, e que é indispensável investir seriamente na literacia financeira. "Com cidadãos mais informados, teremos mais capital disponível, melhor gestão das poupanças e mais dinheiro no bolso das famílias."

A eurodeputada sublinhou ainda que esta proposta representa mais do que uma reforma técnica: "É uma resposta necessária para travar a fuga de talento, atrair investimento e criar mais

oportunidades para os europeus."

"Apoiamos esta União das Poupanças e do Investimento. E aqui estamos, preparados para o mais importante: torná-la uma realidade", concluiu.

Com esta intervenção, em sessão plenária, Lídia Pereira reafirmou o compromisso do PSD com o reforço da competitividade europeia, defendendo uma Europa que coloca as suas finanças ao serviço do crescimento, da inovação e da valorização do talento – e saudando o facto de esta prioridade estar sob a responsabilidade de uma comissária portuguesa, Maria Luís Albuquerque, com profundo conhecimento do setor financeiro.



# "PRECISAMOS DE UMA EUROPA SOCIAL MAIS FORTE", DEFENDE SÉRGIO HUMBERTO

**Sérgio Humberto, membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, afirma que "precisamos de uma Europa Social mais forte, justa e solidária", neste que é um dos pilares fundamentais do projeto europeu.**



Sérgio Humberto, membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, afirma que "precisamos de uma Europa Social mais forte, justa e solidária", neste que é um dos pilares fundamentais do projeto europeu.

O eurodeputado do PSD apelou a um sentido de responsabilidade e compromisso de todos os cidadãos europeus, na sessão plenária de Estrasburgo.

"A nossa ação política deve colocar as pessoas em primeiro lugar, privilegiando o ser humano em todas as suas dimensões", defende o deputado social-democrata. Para Sérgio Humberto, isto significa promover políticas transversais e sistémicas, que apoiem as famílias, destaquem a dignidade humana, a segurança, saúde, emprego e esperança de um futuro melhor.

"No âmbito das políticas sociais e de emprego, a Comissão Europeia tem disponibilizado ferramentas, apoios e fundos para ajudar os Estados-membros a criar economias mais resilientes e inclusivas, através do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais", explica.

Contudo, Sérgio Humberto apela a um maior esforço coletivo para que os Estados-Membros da União Europeia possam alcançar os grandes objetivos da UE para 2030 em matéria de emprego, competências, redu-

ção da pobreza e saúde para toda a população.

Para o deputado do PSD, o compromisso é claro, "construir uma Europa Social onde todos tenham as mesmas oportunidades, onde o trabalho seja digno, onde a vida seja acessível e onde a saúde seja um direito universal".

"Vivemos tempos de desafios complexos", lamenta. "Milhões de europeus enfrentam dificuldades para pagar as suas contas, manter as suas casas e garantir um futuro digno para as suas famílias".

De acordo com o eurodeputado, devemos reforçar políticas que garantam uma habitação acessível e condigna, uma educação e formação gratuita e de qualidade, uma proteção dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores e o acesso equitativo aos cuidados de saúde para todos. "O Pacto Social Europeu deve garantir que ninguém seja deixado para trás", alerta.

"A dignidade humana de um trabalhador começa com a segurança do seu emprego e a justiça do seu salário. O modelo social europeu deve proteger os trabalhadores, promovendo contratos justos, direitos laborais sólidos e condições de trabalho seguras", salienta o deputado do PSD.

Segundo Sérgio Humberto, é fundamental garantir que todos os cidadãos tenham acesso equitativo aos cuidados de saúde, independentemente

da sua localização geográfica ou condição social. Isto pode incluir o investimento em infraestruturas de saúde em áreas rurais e remotas, a utilização de tecnologias digitais para facilitar o acesso aos cuidados de saúde, e a criação de programas de apoio para grupos vulneráveis.

"Devemos também reforçar o financiamento dos serviços de saúde, garantir medicamentos essenciais a preços acessíveis e investir na investigação e inovação médica, não esquecendo e priorizando a saúde mental na agenda europeia, privilegiando iniciativas concretas e ambiciosas para a promoção da saúde mental e a prevenção de doenças mentais", afirma.

Sérgio Humberto defende que o projeto europeu deverá ser um escudo protetor contra a pobreza, a exclusão social e as desigualdades. "Devemos avançar para um Pilar Europeu dos Direitos Sociais que garanta condições de vida e trabalho dignas para todos os cidadãos, independentemente da sua nacionalidade ou condição socioeconómica", explica.

"O futuro da Europa depende da coesão e da solidariedade entre os seus povos", conclui.

# PAULO DO NASCIMENTO CABRAL

## DEFENDE GARANTIA EUROPEIA DE RESSEGURO AGRÍCOLA



O Eurodeputado Paulo do Nascimento Cabral defendeu a criação de um mecanismo europeu de resseguro agrícola, ao afirmar que é necessária uma “garantia europeia de resseguro agrícola para evitar riscos e distorções do mercado”. A intervenção teve lugar durante a reunião da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, no âmbito da apresentação do projeto de relatório “O futuro da agricultura e a política agrícola comum pós-2027”.

“Felicitó o excelente relatório apresentado, pelo foco na segurança e soberania alimentar que a agricultura nos dá, à União Europeia, mas também pelos elementos de

desenvolvimento das áreas rurais”, afirmou o Eurodeputado do PSD, realçando o equilíbrio entre produção agrícola, coesão territorial e valorização do mundo rural.

Paulo do Nascimento Cabral destacou igualmente “a simplificação administrativa, como também a associação às questões de crise, podendo-se recorrer ao Fundo de Solidariedade, a questão da renovação geracional com incentivos fiscais para instalação de novos agricultores, a digitalização ou a inovação como as novas técnicas genómicas. Isto tudo, associado às medidas de promoção da resiliência hídrica, são bons sinais”.

O Eurodeputado do PSD sublinhou

ainda a importância de manter a estrutura de dois pilares da Política Agrícola Comum, referindo “o reforço da manutenção da PAC na sua arquitetura de dois pilares, com o primeiro pilar totalmente financiado por fundos europeus”. Na mesma linha, defendeu “um pilar para a agricultura no Horizonte-Europa (fundo europeu para a ciência e investigação), uma reserva agrícola mais ágil na ativação e, por último, que os serviços ambientais produzidos pelos agricultores possam ser pagos por fundos ambientais”.

Entre as prioridades políticas, Paulo do Nascimento Cabral reiterou ainda a necessidade de “regionalizar o segundo pilar da PAC, voltando a

uma maior participação das autoridades regionais na gestão e desenho do FEADER. Temos que ter o FEADER com a participação das autoridades regionais naquilo que é a gestão e no desenvolvimento deste mesmo programa”, afirmou.

Paulo do Nascimento Cabral terminou, referindo que no que respeita ao POSEI, existe urgência na atualização do envelope financeiro destinado às Regiões Ultraperiféricas, sublinhando: “um envelope que devia ser atualizado não só em termos de montante como também com a aplicação do deflador anual de 2%. Recordo que já temos uma desvalorização de mais de 36%”.



# BRAGA VAI TRANSFORMAR ANTIGA ESCOLA EM CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MIGRANTES

A empresa municipal de habitação de Braga lançou um concurso público, por 1,4 milhões de euros, para a transformação da antiga escola primária de Celeirós em centro de acolhimento de migrantes.

De acordo com o anúncio da empresa BragaHabit, as propostas podem ser apresentadas até 19 de abril, sendo o prazo de execução de 300 dias, contados a partir da data de adjudicação da empreitada.

Estão previstos 16 alojamentos, sendo o investimento suportado a 100% por fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O Presidente da Câmara de Braga garantiu que o projeto vai dar uma resposta “imediate e não permanente” para que a população migrante “não esteja sujeita a situações indignas”.

“Diariamente, somos confrontados com a necessidade de recrutamento de novos trabalhadores por parte do tecido empresarial, a que os migrantes dão resposta. Se todos concordamos que a imigração deve ser regulada e responsável, para não se tornar um fator de instabilidade social, também é inegável que gera um impacto económico muito positivo e é fonte de progresso e desenvolvimento para o concelho”, afirmou o autarca.

Segundo Ricardo Rio, o município tem vindo a atuar “no limite das suas possibilidades” para garantir a existência de condições para receber os migrantes” e “mitigar as consequências que acarretam para o território”.

“Este é um centro que, para além do acolhimento, é um espaço de capacitação, dando instrumentos para que quem aqui esteja encontre colocação profissional e desenvolva a sua carreira”, disse ainda.

Este projeto vai também solucionar o problema de um equipamento que está devoluto há muitos anos.



# CÂMARA DE SANTARÉM TRANSFERE SERVIÇOS MUNICIPAIS PARA EDIFÍCIO DA E-REDES



A Câmara Municipal de Santarém vai transferir diversos serviços municipais das áreas de educação, ação social, ambiente, finanças e recursos humanos para o antigo edifício da EDP, atual E-Redes.

A decisão, segundo o executivo, tem como objetivo "garantir condições dignas" aos funcionários e "concentrar serviços dispersos".

O Presidente da Câmara, João Leite, defendeu a decisão, sublinhando que as atuais instalações na Escola Prática de Cavalaria (EPC) não oferecem condições adequadas para os funcionários. "É a pensar nos

funcionários e no seu bem-estar. As condições de trabalho dos nossos trabalhadores que estão na Escola Prática de Cavalaria não são as mais dignas nem são condizentes com aquilo que desejamos para os nossos trabalhadores. Precisamos de intervir nesse edificado, mas não vamos fazer obras com os funcionários lá", disse o autarca na reunião de câmara realizada na segunda-feira, 31 de março.

De acordo com João Leite, esta medida vai permitir concentrar, num único edifício, vários serviços municipais que atualmente estão disper-

sos pelo centro histórico da cidade.

"Os funcionários vão para uma situação muito melhor do que aquela que têm hoje. Vamos conseguir concentrar, num único edifício, três edifícios que estão despertos na nossa cidade", disse João Leite, acrescentando ainda que os edifícios que vão ficar livres vão ser alvo de diversas requalificações.

Entre os imóveis a serem intervenionados está o Presídio Militar, propriedade da empresa "ESTAMO", que pretende instalar ali uma nova unidade hoteleira.

"Fomos intimados pela ESTAMO a tomar uma decisão relativamente aos serviços que estão no Presídio Militar. E este é um dos edifícios que tem que ficar vazio porque, felizmente, estamos a chegar a bom porto relativamente a uma resposta hoteleira que ali possa surgir", revelou o autarca.

"Se assim for, passamos a ter ali uma resposta mais acrescida, onde temos auditório, vamos ter condições de trabalho diferenciadas, onde se pode criar ali um bom núcleo, onde vários serviços da Câmara Municipal vão ficar concentrados", referiu.

# MERCADO VAI AJUSTAR-SE AO TETO MÁXIMO DO SUBSÍDIO DE MOBILIDADE



O Presidente do Governo dos Açores reiterou a oposição ao teto máximo criado no subsídio social de mobilidade, mas disse estar confiante de que o mercado vai ajustar o preço das viagens ao valor daquele limite.

“Estou convencido que o mercado, depois, vai ajustar o preço comercial ao valor desse teto que foi imposto e que visou, sobretudo, controlar aquilo que foi infelizmente um caso conhecido de fraude”, declarou José Manuel Bolieiro.

O líder do executivo açoriano falava à margem da assinatura de um protocolo para candidatar o queijo de São Jorge a património imaterial, integrada na visita estatutária à ilha, dia 2 de abril.

Questionado sobre as alterações do subsídio de mobilidade, José Ma-

nuel Bolieiro elogiou a redução do valor da tarifa e criticou o teto máximo de 600 euros ao reembolso do apoio. “A minha expectativa é que, depois, o próprio mercado e a oferta vão estabilizar, mas eu disse desde a primeira hora que estava contra o teto e estava a favor de uma racionalização do processo que evitasse a fraude e que assegurasse cada vez melhor a mobilidade”, reforçou.

O Presidente do Governo dos Açores disse ainda não ter informações sobre a plataforma digital que vai ser criada para assegurar o reembolso.

Desde o dia 3 de abril que há uma redução das tarifas máximas pagas pelos residentes e estudantes dos Açores e da Madeira, no âmbito do

subsídio social de mobilidade. Nas viagens entre os Açores e o continente, a tarifa máxima paga pelos residentes baixa de 134 para 119 euros e a paga pelos estudantes de 99 para 89 euros, havendo um limite de 600 euros no custo elegível da passagem. Nas ligações entre a Madeira e o continente, a tarifa máxima para os residentes desce de 86 para 79 euros e a dos estudantes de 65 para 59 euros.

Uma das principais alterações previstas no novo modelo é a criação de uma “plataforma para a gestão de beneficiários e do processo de reembolso”, para “simplificar, desmaterializar e automatizar os procedimentos de elegibilidade e reembolso”, que ainda terá de aguardar pela publicação de uma portaria.

# COLIGAÇÃO LEMBRA DUAS DÉCADAS SEM DECISÕES PARA O MERCADO MUNICIPAL

O Grupo Municipal da Coligação PSD/CDS/PPM em Angra do Heroísmo apontou hoje “quase duas décadas perdidas pelas gestões socialistas na autarquia em relação ao Mercado Duque de Bragança, num claro prejuízo para os comerciantes, para os utilizadores daquele espaço e para os angrenses em geral”.

“Um dia depois da apresentação do projeto de arquitetura para o novo Mercado Municipal de Angra do Heroísmo temos de apontar o arrastar de toda esta empreitada, assim como a perda de atratividade do espaço para os comerciantes que uma espera tão longa”, dizem Luísa Barcelos (PSD) e Nuno Melo Alves (CDS).

Para os deputados municipais da Coligação, “tudo que aconteça a partir de agora implica uma necessária promoção e captação de novos comerciantes, porque os anteriores passaram à reforma na sua grande maioria, durante este moroso processo de avanços, indecisões e recuos, que igualmente implicou o investimento no estacionamento no centro urbano, prorrogando o problema por mais dois anos”, adiantam.

Luísa Barcelos e Nuno Melo Alves recordam “os inúmeros atrasos em tudo o que disse respeito ao Mercado Duque de Bragança, porque mesmo antes de haver um projeto formal, há 15 anos, já antes disso se falava na hipótese de melhorias naquele espaço, tornando-o mais apelativo, mais integrado e com estacionamento”.

“Convém lembrar que as dinâmicas de comércio mudaram e os hábitos dos cidadãos mudaram ao longo de todos estes anos, pelo que a afluência ao Mercado será tão diferente quanto mais tempo demorar a sua construção. Ou seja, perdeu-se tempo na procura de localizações alternativas, que

chegaram a ter um projeto apresentado publicamente e que não deram em nada”, criticam.

“O Mercado Municipal de Angra do Heroísmo é uma promessa e uma reivindicação com mais de duas décadas, sem que os sucessivos executivos camarários do PS a tenham assumido como uma prioridade”, adiantam os

deputados da Coligação.

“Estamos perante o quarto projeto de autarquia para aquela infraestrutura, sendo que tivemos até há pouco tempo um Mercado Municipal votado ao esquecimento, que se degradava de ano para ano”, dizem.

“No fundo, os angrenses esperaram demais por um Mercado Municipal

que os honrasse e dignificasse, e essa era uma suposta prioridade do terceiro mandato de Álamo Meneses à frente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que nunca a concretizou, mesmo não lhe faltando nem tempo nem dinheiro. Nunca houve, de facto, foi vontade de avançar com a obra”, concluem Luísa Barcelos e Nuno Melo Alves.



Número 653 • 8 de ABRIL DE 1987 • Preço 30900



# Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALDEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

## Confiamos tranquilos no julgamento dos Portugueses

**A oposição não pode condenar um Governo só porque este cometeu a ousadia de sonhar com um Portugal melhor para todos**



# A ESTABILIDADE PASSA POR ELEIÇÕES

**devolvendo a voz aos Portugueses a estabilidade e a confiança podem ser restabelecidas**

os trabalhos do Conselho Nacional, em sessão por unanimidade uma moção política, o Secretário de Estado, Dias Loureiro, fez a seguinte declaração:

Entendemos que o Governo não foi derrubado num acto de grande irresponsabilidade. O Partido Socialista e do PSD, ao interesse e por conta do Partido Comunista. Enten-

demus que esta atitude foi uma atitude inconsciente que lançou Portugal numa crise política. E que tudo isto aconteceu quando o Governo do Prof. Cavaco Silva tinha exactamente criado em Portugal um clima de estabilidade e de confiança. Tudo isto aconteceu quando é irrefutável que estávamos a viver um clima de progresso económico e social. Tudo isto aconteceu quando, a

ser mantida a estabilidade política, os anos que se aproximam seriam, como foi este ano que passou de 86, e como as organizações internacionais, nomeadamente a OCDE e a CEE reconheceram, seriam anos de prosperidade e de melhores condições de vida para todos os Portugueses. Derrubarum este Governo quando é conhecido, e reconhecido por todos, que o Governo dispun-

ha de um apoio popular dia a dia crescente.

Esta atitude do Partido Renovador Democrático e dos partidos que a ele se associaram para que a Moção de Censura pudesse passar, abriu o caminho ao retrocesso, ao andar para trás, aos tempos difíceis da austeridade.

Entendemos que, portanto, o Governo não foi derrubado em nome dos interesses nacio-

mais, bem ao contrário, o Governo foi derrubado unicamente para servir os mais egoístas interesses partidários. Deste lado, o interesse permanente do Partido Comunista em criar permanentemente em Portugal, a instabilidade que impeça a confiança, que impeça o progresso, que impeça a modernização de Portugal. Do outro lado, os interesses do Partido Socialista e do Parti-

tido Renovador Democrático na luta desesperada que travam para que finalmente um possa destruir o outro.

Abriam uma crise política em Portugal que o PSD e o Governo não queriam, que os Portugueses não desejavam.

Entendemos agora que é preciso que os efeitos negativos desta crise sejam reduzi-

Continua na página 10

EDIÇÃO N.º 653 do "Povo Livre" | de 8 de abril de 1987.

"Confiamos tranquilos no julgamento dos Portugueses".

# CONVOCATÓRIAS PSD



**RECEÇÃO** TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email: [convocatorias@psd.pt](mailto:convocatorias@psd.pt)

## SECÇÕES

### ÍLHAVO

Ao abrigo dos termos do Artigo 54º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Militantes da Secção de Ílhavo, em sessão ordinária, que terá lugar no próximo dia 17 de abril de 2025 (quinta-feira), pelas 20H30, na sede do partido, sita na Avenida 25 de Abril, Edifício Illiabum, Bloco A, 1º, 3830-909 Ílhavo, com a seguinte

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação, apreciação e ratificação de contas - 2024;
3. Análise da situação político-partidária;
4. Eleições Autárquicas 2025;
5. Outros assuntos.

Nota: Nos termos do Artigo 69º dos Estatutos do Partido Social Democrata, os órgãos do Partido só podem deliberar estando presentes mais de metade dos seus membros, podendo ainda deliberar trinta minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos com qualquer número de presenças.

### LOURES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Loures, para reunir em Sessão Ordinária no próximo dia 23 de Abril de 2025 (quarta-feira), pelas 20H30, na Sede da Concelhia, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
  2. Discussão e Aprovação do relatório de contas e atividades, referentes a 2024;
  3. Apresentação do Plano de Atividades e Orçamento 2025;
  4. Análise da situação política local e nacional.
- Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, com qualquer número de presentes.

### VALONGO

Convocam-se os Militantes do Partido Social Democrata da Secção Concelhia de Valongo, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 21 de abril de 2025, (segunda-feira), com início às 21H00, na Rua Rodrigues de Freitas, 880 4445 – 634 Ermesinde (sede do PSD Valongo), com a seguinte

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Autárquicas 2025 - dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política, no cumprimento da alínea f) do n.º 2 do art.º 53.º dos Estatutos do PSD;
3. Outros Assuntos.

Nota: Se à hora designada não houver quórum dos membros, a Assembleia de Secção terá início às 21H30, com os presentes.

# CONVOCATÓRIAS JSD



**RECEÇÃO** SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com)

## CALENDÁRIO ÚNICO

### ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Armamar para reunir no próximo dia 19 de abril de 2025 (sábado) pelas 17 horas no Salão Paroquial de Armamar sita Av. Doutor Oliveira Salazar, 5110-122 Armamar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Eleições Autárquicas;
- 3 – Outros assuntos.

### VIII CONGRESSO DISTRITAL DE AVEIRO

#### – ERRATA

#### CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS

Artigo 14º  
(Local, Data e Hora)  
O VIII Congresso Distrital de Aveiro da JSD decorrerá no dia 12 de abril de 2025 (sábado) no Auditório da Escola Secundária Marques de Castilho, no concelho de Águeda, com início às 10h00m.

### VIII CONGRESSO DISTRITAL DA GUARDA

#### – ERRATA

#### CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS

Artigo 14º  
(Local, Data e Hora)  
O VIII Congresso Distrital da Guarda da JSD decorrerá no Auditório Municipal de Almeida, Bairro da Trigueira 6350-209 Almeida

### VIII CONGRESSO DISTRITAL DE LEIRIA

#### – ERRATA

#### CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS

Artigo 14º  
(Local, Data e Hora)  
O VIII Congresso Distrital de Leiria da JSD decorrerá no dia 26 de abril de 2025 (Sábado), na Expoeste, em Caldas da Rainha, com início às 14h00.

### NESD FDL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Juventude Social Democrata inscritos na FDUL – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da referida instituição, para reunir no dia 21 de abril de 2025, das 18 horas às 20 horas, na Faculdade de Direito da

Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – PAOD;
- 2 – Análise da situação política nacional;
- 3 – Ponto de situação da atual comissão política;
- 4 – Outros assuntos.